CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO

A PROVA NO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Estevão Mallet

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO-SP
2018**

CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO

A PROVA NO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação da Prof. Associado Dr. Estevão Mallet.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO-SP
2018**

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

RODRIGUES FILHO, CARLOS ABENER DE O.
A PROVA NO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO / CARLOS
ABENER DE O. RODRIGUES FILHO; orientador ESTEVÃO MALLETT --
São Paulo, 2018.

150

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito do
Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade de Direito, Universidade de
São Paulo, 2018.

1. DIREITO DO TRABALHO. 2. PROCESSO ELETRÔNICO. 3.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. 4. PROVA. 5. INCIDENTE
DE FALSIDADE. I. MALLETT, ESTEVÃO, orient. II. Título.
Nome: Rodrigues Filho, Carlos Abener de O.

Título: A Prova no Processo Judicial Eletrônico

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao apresentar esta dissertação, fruto de anos de desenvolvimento e trabalho, entendo necessário expressar gratidão a todos aqueles que contribuíram com a sua consecução.

Primeiramente, agradeço ao Professor Associado Dr. Estevão Mallet, meu orientador na realização desta Dissertação. Agradeço a oportunidade de aprofundar os meus conhecimentos com a pesquisa de tema tão instigante. Agradeço a chancela ao meu reingresso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, nossa velha e sempre nova academia, agora como mestrando. Agradeço às aulas, ministradas, sempre com conhecimentos imprescindíveis ao presente trabalho. Agradeço o conhecimento profundo e a cortesia que me foram dispensados. Agradeço a oportunidade de acompanhar a ministração de aulas, na graduação da Faculdade de Direito, com grande aprendizado sobre didática no ensino superior. Enfim, agradeço o privilégio de tê-lo como orientador.

Agradeço também aos professores das disciplinas cursadas, excepcionais, em todos os aspectos, mostrando, cada uma, um ponto de visão sobre os institutos do Direito, que não serão esquecidos. Agradeço também aos colegas nas disciplinas pelas lições e pelo companheirismo e principalmente aos meus amigos, Fernanda Rossignolli Grunspun Pitta e Marcos D Avila Melo Fernandes, que tiveram o mesmo orientador e me ajudaram muito na conclusão do presente trabalho.

À minha mãe, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, meu amor e gratidão por tudo o que sempre fez por mim. A ela e a toda a minha família em Manaus: Fausto Vieira dos Santos, meu padasto; Teresa Raquel e Fausto Júnior, meus irmãos; José de Araújo Rodrigues e Terezinha de Jesus Lins de Albuquerque Rodrigues, meus avós; faço constar esta nota de gratidão, por tudo o que sou. Sem minha família, nada conseguiria.

À minha esposa, Yara Chaves Galdino Ramos Rodrigues e a meus filhos: Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Neto e Pedro Galdino de Oliveira Rodrigues; amor e agradecimento a uma família que me completa e a quem dedico meu terno e eterno amor e devoção.

RESUMO

Rodrigues Filho, Carlos Abener de O. (2018). *A prova no processo judicial eletrônico* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A instalação completa e irremediável do Processo Judicial Eletrônico – PJE, na seara trabalhista e a necessidade de conversão de todos os documentos e provas a serem apresentados em forma de documento eletrônico, sejam eles físicos ou digitais em sua origem, traz a necessidade de uma análise sobre as definições de prova e prova eletrônica no âmbito do Direito Processual do Trabalho em meio reticular-eletrônico, principalmente no que diz respeito aos efeitos jurídicos derivados da forma de apresentação destes documentos pelas partes, considerando os ditames da Lei n. 11.419/2006 em contraposição ao Código de Processo Civil de 2015 e da CLT, com redação dada pela Lei n. 13.467/17. Serão analisadas questões sobre as implicações da apresentação de documentos em sigilo, documentos apócrifos, prova por videoconferência, prova derivada de aplicativos de redes sociais e provas extraídas da internet, bem como a ilustração sobre o incidente de falsidade sobre prova eletrônica. Em suma, um estudo sobre interações jurídicas de diversas formas de prova eletrônica a serem consideradas em sede de processo judicial eletrônico.

Palavras-chave: Direito. Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito eletrônico. Direito processual eletrônico. Prova. Documento eletrônico. Sigilo. Incidente de falsidade.

ABSTRAIT

Rodrigues Filho, Carlos Abener de O. (2018). *La preuve dans le processus judiciaire électronique* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

L'installation complète et irrémédiable du Processus judiciaire électronique (PJE), dans le domaine du procédure du travail et la nécessité de convertir tous les documents et preuves à présenter sous la forme d'un document électronique, qu'il soit d'origine physique ou virtuel, nécessite une analyse sur les définitions des éléments de preuve et des preuves électroniques relevant du droit procédural du travail dans un environnement électronique réticulaire, principalement en ce qui concerne les effets juridiques découlant de la forme de présentation de ces documents par les parties, compte tenu des dispositions de la Loi n. 11.419/2006 par opposition au Code de procédure civile de 2015 et de la Consolidation de la Législation du Travail (CLT), avec le libellé de la Loi n. 13.467/17. Des questions sur les implications de la présentation de documents dans le secret, des documents apocryphes, des vidéoconférences, des preuves issues d'applications de réseautage social et des preuves sur Internet, ainsi que l'illustration de l'incident de fausseté sur des preuves électroniques seront examinées. En bref, une étude sur les interactions juridiques de diverses formes de preuves électroniques à considérer dans le processus judiciaire électronique.

Mots-clés: Loi. Droit du travail, droit du travail, droit électronique. Droit procédural électronique. Preuve Document électronique. Le secret. Incident de fausseté.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	PROCESSO E SOCIEDADE INFORMACIONAL	16
3.	A PROVA ELETRÔNICO	22
3.1	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	22
3.1.1.	LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	23
3.1.2.	DISPOSIÇÕES DO NOVO CPC SOBRE TECNOLOGIA	28
3.1.3.	NORMATIVAS SOBRE O PJE	34
3.2.	PROCESSO ELETRÔNICO E SEUS PRINCÍPIOS	36
3.2.1.	PROCESSO OU PROCEDIMENTO	40
3.2.2.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO ELETRÔNICO	41
4.	ASPECTOS DA PROVA	47
4.1.	CONCEITO DE PROVA	47
4.2.	DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO	51
5.	A PROVA NO PROCESSO ELETRÔNICO	63
5.1	PROVA ELETRÔNICA DOCUMENTAL	65
5.2	PROVA ELETRÔNICA DOCUMENTAL APÓCRIFA	70
5.3	PROVA ELETRÔNICA DOCUMENTAL EM SIGILO	84
5.4	PROVA POR VIDEOCONFERÊNCIA	97
5.5	PROVA ELETRÔNICA DERIVADA DE APLICATIVOS	128
5.6	PROVA ELETRÔNICA EXTRAÍDA DA INTERNET	134
5.7	INCIDENTE DE FALSIDADE ELETRÔNICO	144
6.	CONCLUSÃO	150
7.	REFERÊNCIAS	152

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo a análise da prova eletrônica apresentada no processo judicial eletrônico. Visa discutir a validade e os efeitos jurídicos da digitalização de documentos para a apresentação em processo judicial eletrônico, bem como a validade dos documentos eletrônicos e o incidente de falsidade no tocante aos documentos eletrônicos.

Ante o estabelecimento do processo judicial eletrônico, mais especificamente na Justiça do Trabalho, onde já é obrigatória a utilização do processo eletrônico em todas as novas ações em todos os seus órgãos jurisdicionais, entendemos necessária a análise pormenorizada das consequências jurídicas da forma de apresentação das provas em processo em meio exclusivamente digital.

As evidências a provar as alegações das partes, independentemente de sua origem, passam a ser necessariamente digitalizadas e inseridas nos bancos de dados da Justiça do Trabalho a fim de integrarem os autos digitais, onde serão analisadas, de acordo com as regras processuais, para a prolação de uma decisão jurisdicional totalmente em meio reticular-eletrônico.

Diante disto, o presente estudo engloba: uma breve perspectiva histórica sobre o desenvolvimento das novas tecnologias, o desenvolvimento legal dos meios eletrônicos em processo judicial, bem como a formação do processo eletrônico em si. Falaremos sobre as definições de documento e prova em processo judicial e como ponto central, analisaremos questões sobre a validade e efeitos das provas apresentadas em documentos eletrônicos, falando sobre provas eletrônica apócrifa, documentos em sigilo, testemunho por videoconferência, provas oriundas de aplicativos de rede social e provas extraídas de bancos de dados públicos acessíveis pela internet e sobre o incidente de falsidade em prova eletrônica, tudo com vistas a expor o procedimento probatório adequado com vistas aos objetivos de preservação da integridade e autenticidade da prova e sua eficiência diante de um contraditório efetivo.

6. CONCLUSÃO

Após o desenvolvimento do presente trabalho, há algumas considerações a serem feitas.

A análise breve da evolução história do processo eletrônico no Brasil nos mostra que houve uma grande evolução no tocante à legislação, que conceitua de forma útil e dá subsídios para a consolidação dos institutos jurídicos que dão e darão suporte ao desenvolvimento do processo judicial eletrônico no Judiciário brasileiro, especialmente no tocante à Justiça do Trabalho.

Também cabe apontar que foram realizados imensos investimentos pelo Poder Judiciário, principalmente pela Justiça do Trabalho, para desenvolver meios e infraestrutura que possibilitasse sua transição para uma matriz digital de acumulação de dados, com a tramitação integral de seus processos em meio reticular-eletrônico, inclusive com o crescimento e especialização de setores dedicados exclusivamente ao desenvolvimento de softwares e instalação e manutenção de equipamentos de tecnologia de informação, com vistas a adequar as capacidades instaladas com a demanda de dados decorrente do uso massificado dos instrumentos tecnológicos colocados à disposição do jurisdicionado.

Todo este desenvolvimento tecnológico que levou à digitalização integral dos documentos a serem juntados aos autos não foi fruto de uma atitude unilateral e sim um reflexo dos meios e usos da sociedade, que está em um momento de transição para uma utilização cada vez mais persistente de novas tecnologias em suas atividades comuns.

Com isto, é interessante o vislumbre no sentido de que as mídias digitais passam, gradativamente, a gozar da mesma confiança junto à sociedade que antes gozavam as escrituras, pelo que diminui a resistência e aumenta-se o uso de prova de origem puramente digital, com implicações importantes no

tocante à sua interpretação jurídica, disciplina de juntada e principalmente, no tocante à verificação de sua autenticidade, conceito que estão em momento de transição de inspeção de originalidade para uma mera verificação de integridade documental eletrônica e verificação do local de registro dentro da rede mundial de computadores.

Há ainda questões com dissonância como dos efeitos da ausência de assinatura digital nos documentos digitais particulares juntados e as implicações quanto a isto para a carga probatória dos mesmos. Questões que esperamos ter abordado de forma competente, não com vistas a resolver em definitivo, mas com a intenção de provocar mais indagações no tocante aos reflexos teleológicos e axiológicos da interpretação das regras de validade das provas digitais.

Confiamos nos ditames constitucionais e, imbuídos de seus princípios, a quem somos fiéis, devemos interpretar as normas processuais de forma a privilegiar a consecução de todos os princípios e garantias processuais, sempre lembrando que a interpretação da norma processual mais correta é aquela que privilegia o correto e célere andamento do processo ao seu fim com a efetiva tutela jurisdicional.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVITZ, Lenny. The Role of Technology in the Provision of Poverty Law Services. [article]. *Journal of Law and Social Policy*, Vol. 23, (2014), pp. [i]-163.

ADORNO JUNIOR, Hécio Luiz; **SOARES**, Marcele Carine dos Prazeres, *Universitas*, ano 6, no. 11, julho/dezembro 2013, pp 65-86

ALMEIDA, José Raul Gaviao, *O interrogatorio a distancia*, Teses, USP, SP, 2000.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. *Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. 424 p.

ALVIM, J.E. Carreira; **CABRAL JÚNIOR**, Silvério Nery. *Processo judicial eletrônico*. Curitiba: Juruá, 2008.

AMARAL, Paulo Osternack, *Provas Atípicas no Processo Civil*, Tese, 2014.

AMRANI-MEKKI, Soraya. *El Impacto De Las Nuevas Tecnologías Sobre La Forma Del Proceso Civil.v. I p Ponencias generales e informes nacionales*, valencia: International Association of Procedural law (IAPL), Valencia, 2008

ARAZI, Roland. *La prueba en el proceso civil*. Buenos Aires: Ediciones La Rocca, 1998.

ARENHART, Sérgio Cruz. *O ônus da prova e sua modificação no Direito Processual Civil Brasileiro*. Disponível em <http://www.abdpc.org.br>

ARONE, Bruno da Costa, “Reflexões sobre a oralidade no processo eletrônico”, *Revista Eletrônica de Direito Processual*, ano. 3, vol. 3, RJ, 2009, pp. 109-124.

ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. *Comentários à Lei n. 11.419/2006 e as práticas processuais por meio eletrônico nos tribunais brasileiros*. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *Os avanços e entraves do processo eletrônico no judiciário brasileiro em 2010*. ADV: Advocacia Dinâmica – Seleções Jurídicas, Rio de Janeiro, p. 11-15, jan. 2011.

BAILEY, Jane. *DIGITIZATION OF COURT PROCESSES IN CANADA*. Laboratoire de Cyberjustice. Working paper n.2. Montreal. 2012.

BALDINI, Renato Ornellas, *Distribuição dinâmica do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

BARBOSA, Hugo Leonardo Penna. *Lei nº 11.419/2006: o processo eletrônico como garantia de um judiciário efetivo*. *Revista Dialética de Direito Processual*,

São Paulo, n. 49, p. 79-94, abr. 2007.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos. *Fundamentos Constitucionais do Princípio da Cooperação Processual*. Salvador: Juspodivm, 2013.

BENTHAM, J., Tratado de las pruebas judiciales, Buenos Aires, 2002, p. 73.

BOROWSKI, Isabella Resende von, “interrogatório por video conferência no processo penal brasileiro, tese, 2014.

Boucinhas Filho, Jorge Cavalcanti. Processo em meio eletrônico e a qualidade de vida de seus usuários. In: Princípios do processo em meio reticular-eletrônico: fenomenologia, normatividade e aplicação / Cláudio Brandão, organizador; São Paulo: LTR, 2017.

BRAGA DA SILVEIRA, Bruna. A distribuição dinâmica do ônus da prova no CPC. In: *Direito Probatório*. Salvador: JusPodivm, 2015.

BRANDÃO, Cláudio Mascarenhas. Processo eletrônico na Justiça do Trabalho. In: CHAVES, Luciano Athayde (org) Curso de processo do trabalho. São Paulo. Ltr, 2009.

_____. Processo judicial eletrônico – Uma silenciosa revolução na Justiça do Trabalho. In: Revista LTR, São Paulo, ano 77, jan. 2013. p. 16-24.

BRASILEIRO, Ricardo Adriano Massara. Intimações eletrônicas no regime da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Revista Dialética de Direito Processual, São Paulo, n. 72, p. 111-121, mar. 2009.

BRENNER, Susan W . Law in an Era of Pervasive Technology [article], Widener Law Journal, Vol. 15, Issue 3 (2006), pp. 667-784.

CABRERA, Juan Trujillo, La Carga Dinámica de la Prueba, Ed. Leyer, 2007.

CALAMANDREI. Piero. Il processo come un giuoco. Rivista di Diritto Processuale. Vol. V, Parte I. Padova: CEDAM, 1950. p. 23-51.

_____, “Elogio de los jueces escrito por un abogado, REUS, 2009.

CAMBI, Eduardo. *Inversão do ônus da prova e tutela de direitos transindividuais*: alcance exegético do art. 6º, VIII, do CDC. Revista de processo, n. 127, ano 30, setembro de 2005.

CARPES, Artur. *Ônus dinâmico da prova*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

CAPPELLETTI, Procedure Orale et Procedure et Procédure Écrite – Oral and Written Procédure in civil litigation, Milano: New York: Giuffrè: Oceana, 1971.

CARVAJAL, Patricio-Ignacio. *Non liquet!:* facilidad probatoria en el proyecto de un nuevo código procesal civil. *Revista chilena del derecho* [online]. 2012, vol.39, n.3,

pp. 565-604. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/rchilder/v39n3/art01.pdf>. Acesso em 12/11/2017.

CARVALHO, Ricardo Motta Vaz de, “O impacto do processo judicial eletrônico no direito contemporâneo” Trabalho publicado nos anais do xix Encontro Nacional do Conpedi realizado em Fortaleza – CE nos dias 09,10,11 e 12 de junho de 2010, pp. 4121-4133.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura; Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Aldemario Araújo. O triunfo da convergência digital e as cautelas necessárias. Consulex. Revista Jurídica, Brasília, v. 15, n. 338, p. 25-26, fev. 2011.

CHAVES, Luciano Athayde. A Recente Reforma no Processo Comum, Reflexos no Direito Judiciário do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende (Coord.). Comentários à lei do processo eletrônico. São Paulo: LTR, 2010.

-----, Processo em meio reticular eletrônico: constitucionalismo dialógico e democracia hiper-real, no contexto dos megadados. In: Princípios do processo em meio reticular-eletrônico: fenomenologia, normatividade e aplicação / Cláudio Brandão, organizador; São Paulo: LTR, 2017.

-----, Elementos para uma nova teoria do processo em rede. In: O que há de novo em processo do trabalho. São Paulo: Ltr, 2015.

CHIOVENDA, Giuseppe., *Le forme nella difesa giudiziale del diritto, in saggi di diritto processuale civile*, I, Roma, Soc., Foro Italiano, 1930, spéc.p.368

-----, G., Principios de Derecho Procesal Civil, Tomo 2, Madrid, 1922.

-----, Instituições de direito processual civil. Vol. III, 3 ed. Campinas: Bookseller, 2002

CINTRA JR., Dyrceu Aguiar. Interrogatório por videoconferência e devido processo legal. P 99

CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. Processo judicial eletrônico. Curitiba: Juruá, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. *Afirmção Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

CORDEIRO, Wolney de Macedo. Novas tecnologias e o processo do trabalho. Revista do Advogado, São Paulo, v. 30, n. 110, p. 161-173, dez. 2010.

CORTES DOMINGUEZ, V., MORENO CATENA, V., *La nueva ley de enjuiciamiento civil*, T 1, Practica jurídica, Tecnos, Madrid, 2000

COSTA, João Paulo Silveira, “Reflexoes sobre a prova documental no processo eletrônico”, 2o. Congresso internacional de direito e contemporaneidade, Santa Maria, 4,5,6 jun/2013.

DALL’AGNOL JUNIOR, Antônio Janyr. *Distribuição dinâmica dos ônus probatórios*. In: Revista Jurídica, nº 280. Porto Alegre: Notadez/Fonte do Direito, 2001.

DANTAS NETO, Renato de Magalhães. Autos virtuais: o novo layout do processo judicial brasileiro. Revista de Processo, São Paulo, v. 36, n. 194, p. 173-203, abr. 2011.

DÉMOULAIN, Matthieu. Nouvelles technologies et droit des relations de travail: Essai sur une évolution des relations de travail. Éditions Panthéon-Assas, Paris, 2012.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paulo Sarno; e OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil*, v. II, 10ª ed. Salvador: *Juspodivm*, 2015.
_____. *Fundamentos do princípio da cooperação no direito processual civil português*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A reforma do código de processo civil. São Paulo. Malheiros. 1995.

EISNER, I., “La intermediación en el proceso”, Revista Jurídica La Ley, Tomo 99, p. 894

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Da forma à função: redescobrir o processo do trabalho por uma perspectiva mais humana / Guilherme Guimarães Feliciano, Talita Guelfi. São Paulo: LTr, 2015.

FERREIRA, William Santos. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*, Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini e Bruno Dantas (coord.). São Paulo: RT, 2015.

FEÓLA, Luis Fernando. Prática jurídica no Pje/JT – processo judicial eletrônico da justiça do trabalho. São Paulo: LTR, 2014.

FLOUR, J., “Quelques remarques sur l’évolution du formalisme”, in *Le droit privé français au milieu du XXème siècle*, Mélanges RIPERT, LGDJ, Paris, 1950, T.I, pp.93 y ss

FONSECA, Fernando Daniel de Moura; BIRCHAL, Leonardo de Abreu. Algumas considerações sobre os atos processuais em meio eletrônico: da Lei 9.800/99 à Lei 11.419/2006. Revista de Processo, São Paulo, v. 33, n.155, p. 125-153, jan.

2008.

FRANCO, Ivan Candido da Silva de; CUNHA, Luciana Gross. The CNJ and the Discourses of Law and Development, [article], *DIREITO GV Law Review*, Vol. 9, Issue 2 (July-December 2013).

FREITAS, Flávia Miranda de. A importância da definição de documento eletrônico. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, n. 173, p. 357-372, jul. 2009.

GASSER, Christoph. Submission of Evidence through Digital Documents in Swiss Civil Litigation [article] *Digital Evidence and Electronic Signature Law Review*, Vol. 3 (2006), pp. 84-88.

GALVÃO, Danyelle da Silva. *Interrogatório por videoconferência*. São Paulo: LiberArs, 2015.

GASCON INCHAUSTI, F., *Les nouvelles technologies dans les procès civils*, in Colloque de Bahia, septembre 2007.

GIANNINI, Leandro J. *Principio de colaboración y carga dinámica de la prueba* (una distinción necesaria). Disponível em: <http://www.academia.edu/4982453/Principio_de_colaboracio_y_carga_dinamica_de_la_prueba_una_distincion_necesaria_>. Acesso em 09/01/2018.

GIGLIO, Wagner D. Mundo novo – novas ideias – novo direito. *Legislação do Trabalho*, São Paulo, n 293, jan./fev; 1962.

_____. Informatização do processo judicial – acertos e desacertos – Lei n. 11.419, de 18.12.2006. *Revista LTR*, São Paulo, v 71, n3. p. 304, mar. 2007.

International Conference on Digital Evidence [notes]. *Digital Evidence and Electronic Signature Law Review*, Vol. 5.

GOMEZ, Carlos E. Jiménez, "Dessafios de la modernizacion de la justicia en tiempos del gobierno abierto", *Revista Digital de Derecho Administrativo*, no. 12, Segundo Semestre/2014.

GOMES, Luis Flávio. O interrogatório a distância; on-line, boletim IBCCRIM, São Paulo, n 42, jun. 1996

HORWITZ, J. Morton. *American Legal Realism*. Oxford University Press. New York. 1993.

JEULAND, E., *L'arbitrage en ligne et procès virtuel : pour le principe de présence.*, Droit et procédures, 2007.

KNIJNIK, Danilo. *A prova nos juízos cível, penal e tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. As (perigosíssimas) doutrinas do “ônus dinâmico da prova” e da “situação de senso comum” comum para assegurar o acesso à justiça e a probatio diabolica. I: *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

LACOURSIÈRE, Marc. Le consommateur et l'accès à la justice. Les Cahiers de droit, Volume 49,numéro1, mars 2008.

LAFOND, Pierre-Claude. L'accès à la justice civile au Québec. Portrait général, Éditions Yvon Blais, Cowansville, 2012.

LEIPOLD, H.C. Dieter. Elementos Orales Y Escritos En La Fase Introductoria Del Proceso Civil.. I p Ponencias generales e informes nacionales, valencia: International Association of Procedural law (IAPL), Valencia, 2008

LÉVY, Pierre. Tecnologias intelectuais e modos de conhecer: nós somos o texto. Disponível em: <<http://caosmose.net/pierrelevy/nossomos.html>> Acesso em 09/01/2018.

LIRA, Leandro de Lima, O processo eletrônico e sua implementação na justiça brasileira, teses, Campina Grande, 2004.

LISBOA, Roberto Senise. Direito na Sociedade da Informação. Revista dos Tribunais, vol.847, mai/2006.

LOPES, João Batista. A prova no direito processual civil. 2ª ed. São Paulo: RT,2002.

LOPES JUNIOR, Aury. O interrogatório online no processo penal, p. 82.

LUIS VARGAS, Abraham. *Cargas probatorias dinámicas. Sus perfiles actuales y algunas respuestas para sus críticos*. Disponível em: www.acaderc.org.ar

LUÑO, Antonio E. Perez. Los derechos fundamentales. Madrid: Editorial Techno, 2007.

LUPO, G.; BAILEY, J. Designing and Implementing e-Justice Systems: Some Lessons Learned from EU and Canadian Examples. *Laws* **2014**, 3, 353-387.

MALAGÓ, Fábio Machado. Distribuição do ônus da Prova. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

MAGALHÃES GOMES FILHO, Antonio. Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro). In Yarshell, Flavio Luiz; (Coord.). Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover. São Paulo DPJ Editora 2005.

MALLET, Estevão, “Notas sobre o sistema recursal do projeto de código de processo civil e o processo do trabalho”, Rev. TST, Brasília, vol, 78, n. 4, out/dez

2012, pp. 53-69.

MANHABUSCO, José Carlos, A inversão do ônus da prova no processo do trabalho: (teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova. São Paulo: LTr, 2017

MARINONI, Luiz Guilherme. Formação da convicção e inversão do ônus da prova segundo as peculiaridades de caso concreto. Disponível em: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao010/luiz_marinoni.htm. Acesso em 12.11.2015.

-----, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. “Código de processo civil comentado”. 3ª ed. São Paulo: RT, 2011.

MARTIN, Peter W., “Abandoning law reports for official digital case law”, The Journal of appellate practice and process, vol. 12, n. 1, 2011 – pp. 25-89.

MARTINEZ, Ramses Henrique. Processo judicial eletrônico : uma abordagem metodológica para o processo de sua implementação. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade do Direito da Universidade de São Paulo.

MCCLANE, Jeremy R. Class Action in the Age of Twitter: A Dispute Systems Approach. Harvard Negotiation Law Review. Vol 19:213, Spring, 2014. p. 213-284.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Julgamento e ônus da prova. In: *Temas de Direito Processual Civil* –segunda série. São Paulo: Saraiva, 1988.

MURILLO, Walter Eduardo Campos. *Aplicabilidad de la teoría de las cargas probatorias dinámicas al proceso civil peruano. Apuntes iniciales*. Revista Oficial del Poder Judicial: Año 6 - 7, nº 8 y nº 9 / 2012-2013.

NERY JUNIOR, Nelson. Código de Processo Civil Comentado. 16ª ed. São Paulo: Saraiva. 2017.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. A prova no processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2014.

PAULA, Carlos Alberto Reis de. A especificidade do ônus da prova no processo do trabalho. 2ª ed. São Paulo: LTR, 2010.

PAULA, Wesley R. de. Publicidade no processo judicial eletrônico. São Paulo: Ltr, 2009.

_____. Processo judicial eletrônico e internet: intimidade, privacidade e a publicidade processual. Antinomias entre as garantias constitucionais sob a ótica do CNJ. Revista Forense, v. 414, Rio de Janeiro,: Forense, jul/dez 2011.

PEREIRA, Carolina Grant. O processo digital no processo do trabalho: reflexos de uma sociedade da informação. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Florianópolis: Boiteaux, 2010.

PEYRANO, Jorge W. *La carga de la prueba*. Disponível em: <<<https://letrujil.files.wordpress.com/2013/09/38jorge-w-peyrano.pdf> >>. Acesso em: 15.11.2017.

_____. *La regla de la carga de la prueba enfocada como norma de clausura del sistema*. Civil Procedure Review, v. 1, n.3: 95-102, sep./dec., 2010.

PIRES, Libia da Grança, Teoria da distribuição dinamica do ônus da prova no processo do trabalho, teses, usp, São Paulo, 2011.

PIROTTA, Wilson Ricardo Buquetti, Para uma leitura do direito do trabalho à luz dos direitos humano: analogia e auto integração do sistema, tese, 2009.

RAMOS, Vitor de Paula. *Ônus da prova no processo civil*: do ônus ao dever de provar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

REALE, Maurizio, Il processo Civile Telematico, Supplemento altalex quotidiano, gennaio, 2014.

RESTREPO, Juliana Pérez. *La Carga Dinámica De La Prueba En La Responsabilidad Administrativa Por La Actividad Médica*. Disponível em: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/red/article/download/11386/0399>. Acesso em 09/01/2018.

RIBEIRO, Rodrigo Koehler; **VALCANOVER**, Fabiano Haselof. Processo eletrônico tem princípios novos e revisa antigos. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3792, 18 nov. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25872>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

ROHRMANN, Carlos Alberto, **ALBERGARIA NETO**, Jason Soares Albergaria, “Digital Evidence in Brasil”, Digital Evidence and Eletronic Signature Law Review, vol. 5, 2008.

SÁNCHEZ, Pedro Donaires. Aplicación jurisprudencial de la doctrina de las cargas probatorias dinâmicas. *Derecho y Cambio Social*. Disponível em www.derechoycambiosocial.com/. Acesso em 12/11/2015.

SANTOS, Moacyr Amaral. Prova judiciária no cível e no comercial. Vol. I. 4ª ed. São Paulo: Max Limonad.

SANTOS, Sandra Aparecida de Sá dos. A inversão do ônus da prova: como garantia constitucional do devido processo legal. São Paulo: RT, 2002.

SCALERIO, Marcos. Petição inicial e defesa no processo do trabalho conforme o novo CPC. São Paulo: LTr, 2017.

SCARPINELLA Bueno, Cassio. “Curso sistematizado de direito processual civil”. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol 2, Tomo I.

SENÉCAL, François; **BENYEKHLEF**, Karim. Groundwork for Assessing the Legal Risks of Cyberjustice. Canadian Journal of Law and Technology, Forthcoming. July 1, 2009.

SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. 12ª ed. de acordo com Novo CPC. - São Paulo: LTr, 2017.

----- . Provas no processo do trabalho. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

SCHULTZ, T., *Réguler le commerce électronique par la résolution des litiges en ligne, une approche critique*, Bruylant, Bruxelles, 2005

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Questões velhas e novas sobre a inversão do ônus da prova* (CDC, art. 6º, VIII). In: Revista de Processo, n. 146. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, pp. 49 – 67.

SILVA, Cláudia Marin da. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a Emergência da Sociedade Informacional . Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/claudia.html>>. Acesso em 09/01/2018.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de direito do trabalho aplicado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. v. 9: processo do trabalho.

----- Comentários à reforma trabalhista. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017,

SILVA, Otávio Pinto e. Processo eletrônico trabalhista. São Paulo: Ltr, 2013.
_____. PJe-JT: desafios para a Justiça do Trabalho. Revista do Advogado, v. 120, p. 68-75, 2013.
_____. O 'PJe' e o exercício da advocacia trabalhista. Revista do Advogado, v. 121, p. 68-75, 2013.

SILVA JÚNIOR, Walter N. da. “Informatização do processo”. CHAVES, Luciano Athayde (org.). Direito Processual do Trabalho: reforma e efetividade. São Paulo: LTR, 2007.

SOUZA, Fabiano Coelho. Princípio do Hiper-realismo: O processo Eletrônico no Templo da Verdade (ou num Novo Baile de Máscaras). In Princípios do processo em meio reticular-eletrônico: fenomenologia, normatividade e aplicação / Cláudio Brandão, organizador; São Paulo: LTR, 2017.

STORME, Marcel. Más Voz Y Menos Letra: En Defensa De La Oralidad En Los Procesos Judiciales., v. I p Ponencias generales e informes nacionales, valencia: International Association of Procedural law (IAPL), Valencia, 2008

TARUFFO, Michele. O ônus como figura processual. Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP. Volume XI. Disponível em: www.redp.com.br. Acesso em 12/11/2015.

-----, Michele. Oralidad y Escritura como Factores de Eficiencia en el Proceso Civil.v. I p Ponencias generales e informes nacionales, valencia: International Association of Procedural law (IAPL), Valencia, 2008

TASLITZ, Andrew E., “Digital Juries Versus Digital Lawyer, Criminal Justice, spring 2004.

TEIXEIRA. Tarcísio. Curso de Direito e Processo Eletrônico. São Paulo: Saraiva, 2013.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Curso de Direito Processual do Trabalho, vol I. São Paulo: LTR, 2009.

-----, A sentença no processo do trabalho. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

TÉLLEZ, Julio Alvear; CUEVAS, Ignacio Covarrubias. Observaciones constitucionales al proyecto de nuevo Código Procesal Civil. *Revista Actualidad Jurídica - Universidad del Desarrollo*. N° 27 - Enero 2013. Disponível em: <http://derecho-scl.udd.cl/investigacion/files/2013/09/Obsevaciones-constitucionales-1.pdf>. Acesso em 12/11/2015. P. 29-61.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. vol. 1, 46. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2007, p. 472.

URBINA, Eduardo Vesga. La carga de la prueba en le procedimiento laboral: dos casos prácticos. Disponível em: <http://www.azc.uam.mx/publicaciones/alegatos/pdfs/13/13-15.pdf>

VAZ, Denise Provasi. Provas Digitais no Processo Penal, Formulação do conceito, definição das características e sistematização do procedimento probatório. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012

VEGAS JUNIOR, Walter Rosati. Prova no processo do trabalho: das influências dos avanços tecnológicos e sua utilização no direito trabalhista. Curitiba: Juruá, 2017

VÉLEZ, Diego Palomo. Las cargas probatorias dinámicas: ¿Es indispensable darse toda esta vuelta? *Revista Ius et Praxis*, Año 19, N° 2, 2013, pp. 447 – 464. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/iusetp/v19n2/art15.pdf>. Acesso em 13/11/2015.

VERMEYS, Nicola. Étude sur les incidences juridiques de l’utilisation de l’infonuagique par le gouvernement du québec. laboratoire de cyberjustice. working paper n.11. Montreal. 2014.

WALKER, J., **WATSON**, G-D, *New Trends in Procedural Law: New Technologies and the Civil Litigation Process” 31 Hastings Int’l & Comp LR 251-94 with Garry*

Watson, 2007

ZAHLOUTH JÚNIOR, Carlos Rodrigues. A informática e a justiça do trabalho da oitava região. Disponível em : <http://ww1.anamatra.org.br/>

ZAMUR FILHO, Jamil. Processo judicial eletrônico: alcance e efetividade sob a égide da Lei n.11.419, de 19.12.2006. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade do Direito da Universidade de São Paulo.

ZANGRANDO, Carlos Henrique da Silva. O processo “eletrônico” e suas repercussões no processo do trabalho. Suplemento Ltr, São Paulo, ano 43, n.20/07.